

## DOSSIÊ CULTURA E EMANCIPAÇÃO APRESENTAÇÃO

Aécio Amaral\*

O dossiê "Cultura e emancipação" resulta de uma seleção de trabalhos de conclusão da disciplina Sociologia da Cultura, ministrada por mim no curso de Ciências Sociais da UFPB no segundo semestre letivo de 2011. As temáticas dos artigos aqui reunidos cobrem parte dos temas abordados na disciplina, ao mesmo tempo em que dizem dos interesses de pesquisa das autoras, ou de temas que lhes são caros em suas trajetórias acadêmico-estudantis. Tal foi a intenção pedagógica a guiar a proposta de organização do dossiê bem como a escrita dos trabalhos finais da disciplina: coerente com a discussão de parte do conteúdo programático, os trabalhos deveriam primar pela correspondência entre conhecimento e práxis. Afinal, um dado da cultura moderna parece ser, desde a corrosiva crítica rousseauiana, o descolamento entre a aplicação dos conhecimentos científico e artístico produzidos em nome do projeto civilizador do ocidente e os ideais regulatórios de crítica e emancipação que lhes emprestava legitimidade.

Desde o Rousseau de o "Discurso sobre as ciências e as artes", escrito em meados do século XVIII, sabemos que, pela arte e a ciência, a cultura é central ao processo de secularização da sociedade moderna. E no último quartel do XVIII Kant nos lembrava, em "Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento?", que a cultura moderna se define inicialmente pela busca da emancipação em relação aos dogmas religiosos e políticos e pela persecução de uma cultura crítica orientada pelo uso público da razão. Por vias complementares, com Rousseau e Kant tínhamos as vigas-mestras da noção de cultura que surgira entre os séculos XVII e XVIII: na modernidade, os ideais regulativos de crítica e emancipação, concebidos em oposição aos poderes clerical e soberano, lastreiam uma cultura que acredita na ciência como lugar de enunciação da verdade e na arte como instância autônoma em relação aos domínios do sagrado e da política. O problema da cultura moderna era então delineado em termos da emancipação humana em relação aos dogmas religiosos e ao absolutismo a partir da arte e da ciência.

Tomando como ponto de partida a formulação de tais fundamentos culturais, a disciplina discutiu as abordagens sociológicas que, ao longo do século XX, desenvolveram análises do desenvolvimento e implementação daqueles ideais regulativos de crítica e emancipação via cultura. Inicialmente, vimos como os teóricos da Escola de Frankfurt acusaram um movimento dialético pelo qual aquilo que deveria representar a instância crítico-emancipatória, o projeto cultural de racionalização da natureza, converte-se em mecanismo ideológico de dominação, com a absorção da ciência, da arte e da cultura pela produção capitalista. Grosso modo, a crítica do problema da cultura requer o entendimento de que o surgimento da cultura de massas é o momento em que o próprio projeto emancipatório da modernidade atua como veículo de dominação. Os diagnósticos mais conhecidos a este respeito são a instrumentalização, operada pela sua subsunção ao capital e à propaganda

---

\* Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e doutorando em Estudos Culturais pelo Goldsmiths College, Universidade de Londres. (a-amaral@cchla.ufpb.br)

nazista, da ciência e da arte como elementos de mistificação das massas (Adorno), a ambiguidade política contida na reprodutibilidade técnica dos objetos de arte e da tradição cultural (Benjamin), e a inversão nos princípios civilizadores, que na era da sociedade do consumo passam a atuar a partir do estímulo dessublimador repressivo à satisfação do prazer hedonista e sexual (Marcuse).

Num segundo momento, discutimos os teóricos associados à crítica à semiótica e ao estruturalismo, ao pós-modernismo, pós-colonialismo e aos estudos culturais ingleses. Tais teóricos identificaram, a partir da segunda metade do século XX, em categorias como “hegemonia” e “desconstrução”, ferramentas para a análise de processos de construção das identidades culturais e sociais que se estruturam como resposta aos usos político-ideológicos - sobretudo durante os períodos colonial e pós-colonial - do projeto moderno de racionalização, o qual encontra nas vertentes mais ideologizantes do humanismo a justificativa para a deflagração ou reprodução de situações de opressão e dominação. Aqui, a crítica do problema da cultura se confunde com o problema próprio às chamadas políticas de identidade: a mobilização de fatores culturais e de pertença identitária que possam se contrapor às categorias universalizantes da modernidade nos processos de disputa hegemônica pela conquista de corações e mentes, seja nos eventos políticos do período da descolonização, seja na inserção de grupos sociais oriundos das ex-colônias nos países europeus centrais.

Finalmente, abordou-se o modo como as tecnologias da informação e da vida que se originaram a partir da chamada "era nuclear" têm reconfigurado a cultura contemporânea, da comunicação às experiências do nascimento e da morte. Como um dos principais índices da cultura moderna que alcançaram o limiar do século XX, tais tecnologias recolocaram na esfera pública e na teoria social os mesmos dilemas que pontuaram o exercício da crítica desde Rousseau, Kant e os frankfurtianos, a saber, as possibilidades de uso público da razão em face do descolamento da relação entre conhecimento e práxis, aqui representado pela associação entre tecnociência e capital. Por outro lado, na medida em que parte da retórica concernente às possibilidades de a engenharia genética reconfigurar modelos convencionais de família e a estrutura mesma do parentesco foi adotada por segmentos do movimento feminista, a tecnociência também passou a ser um dos conteúdos das chamadas políticas de identidade. Nos dois casos, pelas tecnologias da informação e da vida pós-era nuclear se pode acessar as duas variantes da crítica do problema da cultura formulado acima.

A principal clivagem interna à organização do conteúdo da disciplina disse respeito à relação entre, de um lado, cultura e negatividade e, de outro lado, cultura e afirmação de políticas de identidade. Em termos sucintos, há a seguinte tensão, ainda hoje presente entre segmentos da cultura acadêmico-intelectual que recusam a ver nos autores que se dedicaram à análise do declínio do modernismo nas artes, da descolonização tardia dos países africanos e asiáticos, e nos chamados estudos culturais, uma vertente da tradição crítica: a crítica ao pensamento identificatório deve se ater especificamente ao exercício de uma cultura baseada na negatividade como projeto estético, artístico e intelectual, ou também comporta estratégias de disputa hegemônica mais amplas nas quais a dimensão do reconhecimento cultural e identitário vai de par com a desconstrução de identidades e categorias universalizantes?

Tal parece ser de fato o cerne do problema da cultura entre as correntes de pensamento que se voltaram, ao longo do século XX, para a análise dos contornos históricos e políticos adquiridos pela tradição da cultura crítico-emancipatória moderna. Se pudermos resumir um tanto grosseiramente um debate tão amplo e diversificado, teríamos o seguinte panorama: entre os frankfurtianos, sobretudo Adorno e Marcuse, havia a perspectiva de que a alternativa à conversão do esclarecimento em mecanismo de mistificação das massas passa pela negação crítica da cultura, vista como elemento de afirmação do “real” – este último tomado como o

modo de produção capitalista de mercadorias. Do outro lado, a partir de meados do século XX o legado gramsciano e (em alguns casos) a crítica derridiana e foucauldiana ao estruturalismo se faz notar entre os teóricos pós-coloniais e dos estudos culturais ingleses, que postulam a necessidade de afirmação de elementos de pertença e reconhecimento identitários em processos político-hegemônicos, o que implica uma dimensão de aceitação crítica da realidade.

As temáticas tratadas pelos artigos presentes no dossiê oferecem tentativas promissoras, no nível de análise característico de estudantes de graduação, de articular os conteúdos teóricos relativos ao problema da cultura na modernidade com o estudo de fenômenos da cultura ocidental nos séculos XX e XXI. Assim, o(a) eventual leitor(a) encontrará aqui estudos embrionários relacionados à relação entre negatividade e cultura no modernismo (particularmente no teatro e na arquitetura) e na formação de uma sociedade de afluência no Brasil contemporâneo, assim como uma espécie de revisão de literatura acerca da contribuição de autores como Stuart Hall e Ernesto Laclau à problemática das políticas de identidades. Os dois primeiros momentos do estudo da crítica do problema da cultura elencados acima estão aqui contemplados.

No artigo que abre o dossiê, Ludmila Patriota delinea aspectos básicos da relação entre linguagem artística e negatividade contidos na proposta estética dos teatros do absurdo e épico, tomando Samuel Beckett e Bertold Brecht como objetos de discussão. A análise de Beckett e Brecht se ancora na discussão dos frankfurtianos a respeito da relação entre arte e crítica da cultura, especificamente o estudo de Adorno sobre o teatro de Beckett e o estudo de Benjamin sobre o teatro épico de Brecht. Em uma promissora abordagem a ser esmiuçada em pesquisa monográfica, Ludmila explora as tensões e convergências entre os teatros do absurdo e épico em termos da relação entre linguagem e negatividade e do potencial politizador da arte, assim como as próprias divergências – explicitadas em seus estudos de Beckett e Brecht e no curso de suas correspondências pessoais - que marcam a crítica de Adorno e Benjamin à cultura.

No segundo artigo, Daniela Rodrigues mobiliza um referencial teórico acerca das arquiteturas modernista e pós-modernista a fim de argumentar pela pertinência da continuidade do debate sobre arquitetura modernista na América Latina, bem como sobre aspectos contraditórios presentes tanto na perspectiva modernista quanto pós-modernista. Daniela propõe uma discussão da organização espaço-temporal típica da arquitetura pós-modernista para demonstrar, a partir do enfoque na relação entre cidade, espaço urbano e segregação social, como tal tipo de organização não é exclusivo do pós-modernismo, mas pode também ser detectado entre projetos arquitetônicos modernistas. Sua unidade de análise é o projeto arquitetônico de Brasília, no qual são destacadas as contradições entre uma política modernista de desenvolvimento e a distribuição espaço-temporal da cidade, o qual contraria o caráter utópico da arquitetura modernista ao engendrar, na prática, segregação social. O estudo é uma introdução a uma pesquisa em andamento em nível monográfico, na qual Daniela pretende continuar a explorar o modo como a organização arquitetônica do espaço potencialmente se converte em mecanismo de segregação e controle.

Na sequência, Susi Anny Veloso apresenta um esboço analítico do surgimento, na primeira década do século XXI, de uma nova classe média brasileira que seria representativa de uma reconfiguração na sociedade de consumo. A noção de “sociedade de afluência”, criada por Herbert Marcuse para analisar o surgimento da sociedade de consumo nos países europeus centrais e nos EUA do período pós-Segunda Guerra Mundial, é a ferramenta por meio da qual Susi Anny especula acerca das características culturais do consumo da chamada nova classe média brasileira. Ao mobilizar também a discussão de Roland Barthes sobre a

relação entre mito e consumo na França do pós-Segunda Guerra Mundial, a autora aborda o caráter a um só tempo mítico e mistificador da onda recente de consumismo no Brasil. A intenção é dar continuidade à discussão aqui esboçada numa pesquisa que analise a relação entre crescimento do consumo e acesso a direitos individuais e coletivos elementares, a fim de entender o padrão de cidadania que se tem desenvolvido na infante sociedade brasileira de afluência.

Finalmente, Geziane Oliveira encerra o dossiê com uma discussão conceitual a respeito da contribuição dada por Stuart Hall e Ernesto Laclau ao debate sobre emancipação, diferença e políticas de identidade, que marcou parte das análises político-culturais entre os anos 1980 e 1990. O tratamento e a revalorização conceitual atribuídos a categorias como “povo” e “nacionalismo” é enfatizado por Geziane, a fim de ilustrar o modo como uma espécie de diferença constitutiva está na raiz de qualquer política de identidade. O artigo pretende demonstrar que o entendimento da dinâmica dos processos contemporâneos de constituição de identidades coletivas requer a apreciação da tensão entre universalismo e particularismo articulada por Hall e Laclau, assim como as críticas destes às categorias universalizantes da modernidade.

Conforme mencionado, o nível de contribuição dos artigos à compreensão de aspectos do problema da cultura é aquele de estudantes de graduação. Como tal, os artigos expõem abordagens promissoras e versáteis. Esperamos que as autoras continuem a perseguir o crivo analítico crítico ao longo de suas trajetórias intelectuais e acadêmicas.

A concepção e organização do dossiê objetivou reforçar a vocação primordial da revista *Caos*: ser um veículo para a divulgação da produção discente em Ciências Sociais da UFPB e de outros estudantes em humanidades nesta universidade e no país. Além disso, uma convicção pedagógica animou o dossiê: a necessidade de cultivarmos uma cultura de reconciliação entre conhecimento e práxis. Sob esses dois aspectos, a publicação dos artigos que ora vem a lume já estaria justificada. Deve-se ainda registrar que as preocupações e inquietações presentes nos artigos revelam a perseguição de interesses acadêmicos e político-intelectuais pertencentes a uma cultura acadêmica remanescente do período anterior ao produtivismo acrítico nas ciências sociais brasileiras. Logo, a proposta do dossiê se inscreve em uma das variantes atuais do que acima caracterizamos como o problema da cultura na modernidade e a crítica a ele. No limite ambíguo entre recusa e reconhecimento.

*João Pessoa, 5 de setembro de 2012*